



BREVE ENSAIO EM MEMÓRIA DOS NÚMEROS DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL¹

BRIEF ESSAY IN MEMORY OF POST-GRADUATE STUDIES IN GEOGRAPHY IN BRAZIL

BREVE ENSAYO EN MEMORIA DE LOS NÚMEROS DEL POSGRADO EN GEOGRAFÍA EN BRASIL

Manoel Fernandes de Sousa Neto
Prof.º Dr.º da Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
manoelfernandes@usp.br

Resumo: O trabalho realiza uma crítica à lógica de produção mercantil da pós-graduação em Geografia no Brasil, caracterizada por uma subordinação colonizada aos modos de fazer ciência nos países e instituições científicas dos centros capitalistas e que entre nós estão sendo aplicadas por associações profissionais e instituições de fomento, tais como ANPEGE e CAPES.

Palavras-Chaves: Geografia, Pós-graduação, Lógica Mercantil, Modernização Conservadora.

Abstract: This work performs a critique to commodity production logic of the Post-Graduation in Geography in Brazil, that is characterized by a colonized subordination to the ways of doing Science in the country and in scientific institutions of the capitalist centers, which have being applied among us, by professional associations and development institutions such as ANPEGE and CAPES.

Keywords: Geography, Postgraduate, Logic Mercantil, Conservative Modernization.

Resumen: El trabajo realiza una crítica a la lógica de producción mercantil del Posgrado en Geografía en Brasil, caracterizada por una subordinación colonizada a los modos de hacer ciencia en los países e instituciones científicas de los centros capitalistas y que entre nosotros están siendo aplicadas por asociaciones profesionales e instituciones de fomento, tales como ANPEGE y CAPES.

Palabras-Claves: Geografía, Posgrado, Lógica Mercantil, Modernización Conservadora.

Alfredo Bosi, professor de literatura brasileira, abre o primeiro capítulo do seu livro, *Dialética da Colonização*, que foi publicado no início da última década do século passado, com a seguinte frase: “começar pelas palavras talvez não seja coisa vã” (Bosi, 1992, p.11) e a partir desse momento discorre sobre como “as palavras *cultura*, *culto* e *colonização* derivam

¹ Este ensaio foi escrito para ser lido em mesa redonda intitulada: *A Geografia e a Leitura do Mundo na Contemporaneidade*, como parte das atividades de comemoração aos 30 Anos do Programa de Pós-Graduação em Geografia de Sergipe, ocorrida em 30 de Agosto de 2013.

do mesmo verbo latino *colo*” (Idem), para lembrar a origem, o sentido e os usos sempre historicamente situados que fazemos das palavras.

Parafraçando-o, talvez pudéssemos dizer que “*começar pelos números talvez não seja coisa vã*”. Aqui faço uso de uma leitura que é também de Alfredo Bosi (1992a), só que expressa em outro texto publicado no mesmo ano deste primeiro que citado há pouco e que trata da importância das datas para a decifração dos tempos, não porque elas digam tudo, mas porque elas são como “*pontas de iceberg*” que trazem à superfície, sinalizam, advertem acerca dos segredos e perigos que se encontram submersos sob a água, sob aquilo que não vemos ou que de alguma maneira já não lembramos.

O modo como os números se arrajam, se combinam, se sucedem em uma dada ordem, possibilita então imaginar que embora contenham os mesmos algarismos, dizem respeito a eventos distintos, a diferentes datas, tais como 1492, 1789, 1822, 1983, 1992. (Bosi, 1992a). A percepção de que as datas iluminam, trazem a numem e possibilitam lembrar os eventos, propõe, segundo Bosi, que “*A memória carece de nomes e de números. A memória carece de numes.*” (1992, p. 19)

E quais são as datas que podemos usar para fazer uma leitura da geografia contemporânea? 1492? 1507? 1789? 1801? 1838? 1883? 1934? 1978? 1983? 1993? 2013? Mas é bom não esquecer, que embora as datas tragam a numem, os números por si só, as datas em seu sentido apenas comemorativo e laudatório, dizem pouco, *são apenas a ponta do Iceberg*.

Assim, *se a memória carece de nomes e de números*, é preciso lembrar a relação que há entre as diferentes memórias que se constituíram ao longo da história da humanidade. Umberto Eco, em um belíssimo texto sobre a *Memória Vegetal*, discorre sobre o que era a *memória animal* dos homens e mulheres ainda sem escrita, em que os mais velhos eram responsáveis por guardar o que fora produzido ao longo do tempo pela sua comunidade e transmitir às gerações futuras essa memória coletiva.

Depois dessa *memória animal*, teríamos passado a uma *memória mineral*, porque a invenção da escrita, o ato de registrar palavras e números, além da habilidade de construir moradas e templos, proporcionara gravar em pequenas tábuas de argila o conhecimento que agora podia ser guardado, levado de um lugar a outro, mantido mesmo depois da morte de quem os gravara.

A *memória vegetal*, que buscava a casca das árvores e a celulose, viria depois da *memória mineral*, alterando não apenas os materiais em que se guardava a memória, mas,

sobretudo, garantia produzir e armazenar uma quantidade ainda maior de informação e conhecimento.

Agora, no momento em que vivemos, teríamos voltado à *memória mineral*, uma vez que conservamos nossas informações em computadores feitos de silício, em tablets que reproduzem de certa maneira as primeiras tábuas de argila, mas podem guardar uma infinidade muito maior de livros do que podiam fazê-lo alguns mosteiros medievais ou enormes bibliotecas públicas.

Diante disso, a questão que Eco propõe, relaciona-se com aquilo que é preciso esquecer na hora de guardar ou de lembrar. Usa para tanto, como artifício de seu argumento, um personagem de Jorge Luis Borges, que chama *Funes, Memorioso*. Funes é um homem que lembra com detalhes todas as coisas que viveu e, quanto mais vive, mais coisas tem para lembrar. Ocorre que a dada altura de sua vida, o tempo que lhe resta viver só lhe possibilitaria lembrar o que já vivera até então.

A lição trazida é que não podemos guardar tudo, temos que fazer escolhas, realizar esquecimentos e, por outro lado, jamais deixar de lembrar determinadas coisas sem as quais pereceríamos.

Os dados são impressionantes. “A IBM calcula que estamos gerando diariamente 2,5 quintilhões de bytes de dados, mais de 90% dos quais criados nos últimos dois anos.” (SILVER, 2013, p.16)

A produção do conhecimento não só se alarga, como aumenta a capacidade de guardá-lo. Contudo, não se pode esquecer que saber é poder e que os processos de apropriação privada propiciaram e foram propiciados pela *invenção* das palavras, dos números e da escrita. Aqueles que podem gerar os dados e guardá-los tornam-se proprietários da memória coletiva.

A ciência tem possibilitado guardar os códigos genéticos de diferentes espécies vivas, o *google* guarda quase tudo que nós escrevemos como propriedade do portal, enfim, a memória que era coletiva, pública, pertencente à humanidade como um todo passa a ser manipulada como coisas privadas. E por quê? Por que em grande dose só nos é publicizado o lixo informacional ou o fragmento² ou como já nos propunham Adorno e Horkheimer “a enxurrada de informações precisas e diversões assépticas desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo.” (1985, pp.15)

² “..., se a quantidade de informações está aumentando em 2,5 quintilhões de bytes por dia, o mesmo não pode ser dito sobre a quantidade de informações *úteis*. A maior parte é apenas ruído, que está aumentando de forma mais rápida do que o sinal.” (SILVER, 2013, p. 21).

Ora, o número, segundo a teoria crítica defendida por Adorno e Horkheimer, foi tornado o *cânon do esclarecimento*, a forma pela qual todas as coisas diferentes podem ser igualadas, onde as qualidades passam a ser lidas pela quantidade, o que é subjetivo torna-se objetivo e os processos histórico-sociais são naturalizados.

Adorno e Horkheimer falam dessa lógica dizendo:

Apesar de seu alheamento à matemática, Bacon capturou bem a mentalidade da ciência que se fez depois dele. O casamento feliz entre o entendimento humano e a natureza das coisas que ele tem em mente é patriarcal: o entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada. O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo. (1985, p.20)

O problema que vivemos agora é que os números se põem como verdade inquestionável, servem para reencantar o mundo, se “*põe como a presença da dominação dentro do próprio pensamento*” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 51) e não é por acaso que a lógica formal não pode viver sem números, o positivismo e neopositivismo não pode viver sem números, a econometria não pode viver sem números. Claro, não podem existir sem os números que são expressão de uma “verdade” reificada, de uma consciência sujeitada à mera expressão fenomênica do mundo.

A ciência contemporânea, portanto, da qual a geografia como disciplina científica ou ciência disciplinar faz parte na divisão social do trabalho, nasce como projeto de controle, dominação, regulação que visa aprisionar a natureza e os homens, subordinando-os à classe de proprietários burgueses. Isso não mudou. E não só não mudou, como a sua permanência se reproduz de maneira ampliada.

Depois de refletir sobre as coisas de que lhes falei até agora, fiquei pensando para quem deveria falar hoje de modo prioritário e decidi falar nomeadamente para os mais jovens, aqueles que estão ingressando na vida intelectual e ainda não deixaram suas vidas se tornarem parte da *lógica perversa do capital fictício* que se tornou a práxis da *intelectualidade colonizada* que comanda os negócios da pós-graduação no Brasil. Embora, é claro, o fenômeno do emudecimento ou do *discurso papagalís* frente aos desafios do mundo não seja privilégio apenas dos mais antigos membros da nossa *subordinada-intelightsia*, que repete, já em nossa colonizada língua materna o que fora dito em outras línguas colonizadoras e busca a todo custo inserção no paradisíaco mundo da internacionalização globalizada da Ciência.

Depois, sendo para os mais jovens, não é apenas para eles, mas para todos nós que estamos dentro disso e vivemos as contradições que diz respeito a nós ou ao modo como nos reproduzimos material e simbolicamente no interior desse mundo fetichizado da academia. A fala, enfim, é para todos nós, até porque muitos dos aparentemente jovens que aqui estão, quiçá já tenham nascido no berço desse reificado mundo da negação do ócio e tenham em seus tenros vinte e poucos anos publicado mais que seus antigos professores.

É evidente que publicar muito e em boas *vitrines-periódicos* ajuda na venda da própria imagem, força de trabalho, propagandeia as habilidades do *produto-coisa-acadêmico* e no linguajar das fantasmagorias abre as mágicas portas dos céus do fomento e do paraíso das trocas no mercado das ideias bem vendidas, onde é claro, aqueles que têm *boca grande*, para lembrar o desejo do sapo de ir à festa no céu³, não entram nunca ou, quando muito, são aceitos para justificar uma bondosa tolerância quase *democrático-divina* com esses pobres revoltados de *baixo impacto acadêmico* que não sabem o que dizem.

Abrir os ouvidos às ideias perigosas é sempre um risco, melhor não ouvi-las ou fazer com elas o que faz o bom mercador. E assim, vivemos, também como intelectuais públicos, o deserto do real de que nos fala Slavov Zizek (2003), ao propor que negamos a nossa própria condição de experienciar o mundo, na medida em que tomamos café sem cafeína, comemos doces sem açúcar, fazemos à distância sexo sem sexo. Intelectuais que para se reproduzir, abriram mão de sua autonomia e deixaram de exercer a crítica. Como intelectuais que somos, ou deveríamos ser, a maior parte de nós já não faz críticas, não polemiza, não se posiciona politicamente de maneira clara.

Em realidade os bons combates teóricos são pejados como coisas constrangedoras, perda de tempo, retoricismo barato, coisa fora de moda, já que em nome do bom convívio e de relações entre proprietários de uma parcela do *negócio-acadêmico* deve reinar a boa vizinhança oligopólica.

Ao falar dessas coisas, não posso deixar de lembrar Rosa Luxemburgo (1976), para trocadilhar um pouco com a ideia de relações sociais de produção que coexistem sob a égide do *capital financeiro-acadêmico* e de uma *acumulação-curricular permanente* que se dá por espoliação, violência, fraude⁴ e roubo em que a reprodução ampliada do valor ocorre mesmo que não se produza necessariamente valor no trabalho intelectual.

³ Expressões populares como a história do sapo que não vai à festa no céu porque tem boca grande são geralmente lidas na academia como coisa impúblicável, de mau gosto e pouco sérias. A proposta aqui é pensar o quanto são terríveis certos contos de fadas de alto impacto.

⁴ Ver a matéria da Folha de São Paulo: Fraude em Pesquisa Aumenta Dez Vezes, in: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cienciasaude/69446-fraude-em-pesquisas-aumenta-dez-vezes.shtml>,

Os casos reais se multiplicam e é até difícil saber por onde começar a exemplificar a extensão dessa miserável e trágica comédia acadêmica capaz de nos fazer chorar de tanto rir.

Um desses casos cada vez mais comuns pudemos ler estes dias, quando a Folha de São Paulo, jornal da grande e pouco confiável imprensa, publicou uma notícia anunciando que alguns dos mais respeitáveis periódicos da área de medicina de uma grande instituição paulista havia sido rebaixado em seu *Índice de Impacto* porque teria fraudado o número de acessos que se fazia pela internet⁵.

Este tipo de fraude que envolve quantas vezes é acessada uma publicação, e o que é um dos itens que serve para medir qual o *índice de impacto* que tem um determinado periódico ou autor, o qual obedece a mesma lógica da circulação de mercadorias, para propor que se muitos compraram a ideia é porque ela é boa. O problema é descobrirmos, com certa frequência, que os muitos compradores fazem parte da mesma rede de relações privadas e familiares, instadas a levar para as estantes os livros dos amigos, parentes, casadinhos e sócios.

O interessante nesse tipo de fraude é perceber que a realização de uma determinada ideia, conceito, “descoberta”, só pode realizar-se plenamente na esfera da circulação de mercadorias, e o seu uso não implica necessariamente uso, mas exige seja trocável no mercado dos acessos, das citações, das publicações. É a circulação das ideias que lhes garante valor, ainda que sua utilidade seja nula. As *ideias-mercadorias* valem o quanto circulam. O que por fim estabelece uma cultura do dinheiro na atividade intelectual modernizada que vivenciamos⁶.

A fraude aqui, portanto, não é algo dissociado do nosso mundo mundano da reificação do capital, é sua expressão mais crua. Pensemos nós qual a diferença entre a bolsa de valores e a atualização permanente do Índice de Impactos?

Em princípio, dizemos bolsa, porque as ideias, ainda que extenuadamente repetidas, são produtos de alta precibilidade. Ideias têm vida cada vez mais curta e a bolsa de valores acadêmica já não reconhecem mais o que chamávamos de clássicos ou referentes, quase como se nos dissessem: Queimem Platão junto com Aristóteles na mesma fogueira que acenderam com os livros de Kant. Um artigo publicado vive no máximo cinco anos para as agências de fomento, que estão a reduzir sua vida útil para três, quiçá dois anos. Artigos em periódicos *Qualis A internacional*, valem mais que livros resultantes de muitos anos de reconhecida

Acesso em 20 de Abril de 2014.

⁵<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2013/07/1305305-quatro-revistas-brasileiras-sao-suspensas-de-indice-internacional.shtml>, acesso em 20 de Abril de 2014.

⁶ “A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital.” (MARX, 2008, p.177)

investigação. Depois o ritmo da produção desses *valores-artigos* deve ser intenso, mecânico, produtivo⁷.

Ademais, sabemos bem que quando escrevemos algo que resultou de nossa investigação, pesquisa ou reflexão, somos obrigados a olhar o *ranking da bolsa de mercadorias-publicações* e só enviar nossas palavras, às vezes já repetidas com outros vocábulos similares, para os bem cotados, alto impactantes e recomendáveis bazares do saber científico.

O negócio dos periódicos, ainda sob o manto de uma divina seriedade, esconde muitas vezes práticas pouco cristãs – como trocas de favores entre editores do *tipo publica o meu lá que eu publico o teu cá* -, tecendo uma relação que é antiga, incestuosa e com critérios que fariam Max Weber sofrer uma síncope burocrática em sua jaula de ferro. As razões privadas para a coisa pública são mercantis, mas os mercadores-acadêmicos chegam a ser medievais, como no tempo das corporações de ofício.

Em geral os senhores e senhoras mestres das corporações de ofício atuais administram um negócio que envolve muitos aprendizes. Aprendizes obrigados por esse patronato acadêmico a produzir artigos, muitos artigos, onde deve aparecer o nome do patrão colado ao de todos os seus servos e serviçais. No período medieval, os servos estavam presos à terra, agora estão apriados aos seus laboratórios. *Serviçais-estudantes* que são submetidos a todas as regras da violenta sociabilidade de muitos laboratórios privados dentro das Universidades Públicas, que poderiam ser qualificados como *fábricas-acadêmicas fordistas toyotistas*, com forte hierarquia, divisão social e etária do trabalho, níveis salariais e diferentes condições de trabalho para um exército de bolsistas precarizados que, ao final, serão exército de reserva formalmente qualificado – um batalhão de doutores desempregados, treinados para comer o fígado dos concorrentes e, nesse sentido, também, altamente especializados.

É claro que não raro vivemos situações que roçam o ridículo, de termos uma espécie de PIB Chinês de mais de dois dígitos anuais em termos de publicações por parte de alguns engenhosos senhores, milagres que só podem ser fruto, como na China, de um negócio da China e claro de uma exploração da *mais-valor acadêmico* que só ocorre sob a cerca das muralhas similares às chinesas. Em outras palavras, *mandarins-pseudo-intelectuais* que não passam de pobres imitações do que deveria ser o intelectual ou, como poderíamos dizer, intelectuais *made in China*.

⁷ “Para o capitalista individual o incremento da reprodução ocorre quando uma parte da mais-valia apropriada, que se acumula, se transforma em capital. A acumulação, ou seja, a transformação da mais-valia em capital ativo, é a expressão capitalista da reprodução ampliada.” (LUXEMBURGO, 1976, p.20).

Creemos que uma agenda de pesquisa que investigasse esse fenômeno da produção capitalista acadêmica no Brasil seria algo muito interessante.

E claro, como não posso me dar ao luxo de esquecer, vim aqui para falar nos 30 Anos do NPGEO e sobre Geografia e Contemporaneidade. E até agora só falei de generalidades. Pois bem, talvez seja a hora de fazer um balanço de como a geografia no Brasil contemporâneo, que está cada vez mais empirista, mais pragmático, mais antiteórico, mais pós-moderno, e mais produtivista, se enfronhou nesse negócio acadêmico nos últimos trinta anos.

O divisor de águas, em nosso entedimento se chama ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, que foi criada em 1993, vejam ai como os números baralham as datas. Desde a sua criação já tinha por regra criar uma cisão entre os que faziam pós-graduação *stricto sensu* e aqueles que faziam apenas graduação, com situações até tragicômicas em que, mesmo doutores, pesquisadores reconhecidos, ficavam de fora porque não estavam formalmente vinculados a nenhum programa de mestrado ou doutorado.

Esta poderosa antessala do Estado e de suas políticas de fomento⁸ foi a instrumentadora de razão a partir da qual se deu um contragolpe no que fora o avanço teórico da geografia nos anos precedentes, e serviu para criar o estereótipo de que aquela geografia produzida pela *gente mais ou menos miúda* que frequenta a AGB, tem vínculo com os movimentos sociais autônomos e costuma pensar ciência vinculada à política e, portanto, teria que ficar de fora ou aceitar as regras e a elas se submeter *cordeira e pacientemente*.

Quando digo ANPEGE como antessala, falo de como esta entidade tem regulado, administrado, mobilizado o fluxo das políticas e daqueles que vão aplicá-las como representantes da Geografia junto à CAPES e ao CNPq⁹. Muitos pares, nossos pares, alguns dos quais foram, na aplicação das regras da lógica draconiana do mercado acadêmico, mais realistas que os reis. Espécies de cristãos novos que beijam a cruz todo dia para provar sua conversão, já que muitos foram formados por dentro da tradição crítica ensejada pelas transformações ocorridas em meados dos anos setenta do século passado.

O discurso redentor feito pela ANPEGE e que se pode ler em alguns artigos que lhe defendem as políticas, imputa a esta entidade signos de uma certa moral da boa entidade

⁸ “...desde seu III Encontro, em 1999 a ANPEGE passou a discutir a representação da área de Geografia junto à CAPES, mediando a relação desta com os programas e cursos de pós-graduação.” (MARTINS, 2004, p. 45)

⁹ “Não é preciso grande esforço para perceber que várias das abordagens sobre a pós-graduação, além da prosa bocejante, oscilam numa mélangue de cantilenas e cânticos de louvor que, inadvertida ou deliberadamente, cortejam a lei de bronze do maior número no prazo mais breve.” (MARTINS, 2004, p. 33).

burguesa e o faz com a apresentação de números¹⁰. Alguns desses números tentam revelar a democratização espacial da pós-graduação em Geografia no Brasil, dizendo que finalmente havia se rompido com a centralidade centro-sul, mas lhes pergunto aqui quais são os programas que tem notas 7 e 6? Onde eles estão? Depois lhes pergunto se todos os programas no Brasil podem ser 7 ao mesmo tempo? E por fim, se essa lógica não é perversa e importada de modo colonizado dos centros que fazem a *Big Science*?

A este tipo de *lógica de inserção subordinada*, que o Brasil faz em relação aos países do *mainstream* da ciência e, no Brasil, que os cursos da periferia da periferia fazem em relação aos seus centros¹¹.

Creio ser necessário uma agenda de pesquisa que tome a ANPEGE como divisor de águas nessa reação conservadora de modernização capitalista da Geografia no Brasil, que precisaria analisar a reprodução dos cursos de pós-graduação *sticto senso*, considerando os programas e as linhas de pesquisa que foram criadas, a adoção das políticas vinculadas ao ranqueamento internacional de periódicos, o estabelecimento das regras de ranqueamento dos cursos de pós-graduação e a aplicação das políticas de fomento.

É evidente, isso implica em mexer com nomes, muitos dos quais sentam conosco à mesma mesa e são membros da mesma comunidade científica e acadêmica da qual participamos e ninguém deseja comensais que aparentemente cospem no prato em que acabaram de comer. Alguns desses nomes controlam uma extensa e articulada rede que movimenta pessoas, ideias e capitais. Nós mesmos, não estamos fora disso quando nos tornamos bolsistas, quando trabalhamos em programas de pós-graduação, quando vinculados de alguma maneira ao Estado como docentes.

A diferença talvez seja que alguns de nós ainda não silenciemos totalmente. Isso ainda provoca algum desconforto, ainda é um tanto desagradável em festas de aniversário como essa que celebra três décadas de pós-graduação.

E nesse sentido penso como Edward Said, que os intelectuais são sempre amadores, já que na medida em que se profissionalizam, tornam-se parte da engrenagem, fazem apenas aquilo que os comandos exigem que se façam. Depois, que os intelectuais não têm que engrossar o coro dos contentes, é tarefa sua dizer o que os demais não desejam ouvir e

¹⁰ Ver os artigos da Revista da ANPEGE, n.1 de 2003.

<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/issue/view/RA%201>

¹¹ Sobre o tema ver: POLANCO, Xavier. "Une science-monde: la mondialisation de la science européenne et la création de traditions scientifiques locales." In: POLANCO, Xavier (dir.) Naissance et Développement de la Science-Monde. Paris, Ed. La Découverte/Unesco, 1989. (pp. 10-53).

provocar o conflito, deslocar, desafiar. E por fim, os intelectuais têm que se estabelecer por fora, se completamente inseridos perdem sua autonomia e abrem mão de serem críticos.

Comecei a minha fala dizendo que falava aos jovens porque muitos deles já foram seduzidos pelo canto da sereia que anuncia um mundo encantado na vida acadêmica e lhes coloca distantes da condição de intelectuais. O projeto para os jovens é de torná-los administradores da ciência no mundo da internacionalização científica a serviço do capital fictício.

Queria dizer que há outros caminhos e outras possibilidades menos fetichizadas e reificantes. Sei que não é fácil porque a consciência do valor habita o mais fundo possível em nós.

O fundamental é que não colaboremos com a barbárie e retomemos um projeto de mundo que, pelo que sei, jamais foi ou será publicado na *Science* e muito menos na *Nature*.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, Zahar, 1985. (254p.)

BOSI, Alfredo. *Didática da Colonização*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. “O Tempo e os Tempos”. In: NOVAES, Adauto (org). *Tempo e História*. São Paulo, Cia. da Letras, 1992 (a)

ECO, Umberto. *A Memória Vegetal e Outros Escritos sobre Bibliofilia*. Tradução de Joana Angélica D’Ávila. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2011. (271p.)

LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação de Capital: estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo*. Tradução de Moniz Bandeira. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. (516p.)

MARTINS, Sergio. “Universidade e Democracia: proposições sobre uma pós-graduação crítica.” In: *Revista GEOUSP*, n. 16. São Paulo, 2004, pp. 31-65.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro 1*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 26ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008. (571p.)

SAID, Edward. *Representações Intelectuais. As Conferências Reith de 1993*. Tradução Milton Hatoum. São Paulo, Companhia das Letras, 2005. (127 p.)

SILVER, Nate. *O Sinal e o Ruído: porque tantas previsões falham e outras não*. Tradução Ana Beatriz Rodrigues e Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro, Intrínseco, 2013. (544p.)

ZIZEK, Slavoj. *Bem Vindo ao Deserto do Real*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo, Boitempo, 2003. (192p.)

Recebido em 06 de maio de 2013
Aprovado em 30 de agosto de 2013